

Jacqueline Authier-Revuz

jacqueline.authier@wanadoo.fr

Tradução:

Daniel Costa da Silva (Bacharel em Letras-UFRGS)

Revisão:

Profa. Dra. Marlene Teixeira (UNISINOS)

## A representação do discurso outro: um campo multiplemente heterogêneo<sup>1</sup>

### The representation of the discourse of the other: a multiple heterogeneous field

---

**RESUMO** – Este trabalho tematiza a representação do discurso outro (RDO), expressão que, na perspectiva da teoria das heterogeneidades enunciativas, designa o campo comumente conhecido como “discurso citado”. A RDO é descrita como fenômeno permeado pela heterogeneidade, que participa de uma das propriedades essenciais da linguagem humana, a reflexividade. Sendo assim, a RDO encontra-se no campo englobante da metadiscursividade (discurso sobre o discurso), sem, no entanto, se confundir com a auto-representação do dizer se fazendo.

**Palavras-chave:** representação do discurso outro, heterogeneidade representada, heterogeneidade constitutiva, enunciação, metadiscursividade.

**ABSTRACT** – This paper thematizes the representation of the discourse of the other (RDO). Under the perspective of the theory of enunciative heterogeneities, this expression designates the field commonly known as “reported speech”. The RDO is described as a phenomenon permeated by heterogeneity, which is part of reflexivity, one of the essential properties of human language. Thus, the RDO is situated in the embracing field of metadiscursivity (discourse about discourse), but can not be taken as the self-representation of the saying as it is being formed.

**Key words:** representation of the discourse of the other, represented heterogeneity, constitutive heterogeneity, enunciation, metadiscursivity.

---

Tão distante quanto possível de uma questão resolvida, que só se prestaria, agora, a alguns refinamentos sobre base consensual, o “discurso citado”, sobretudo quando é considerado - como propunha alegremente o título do colóquio - “em todos os seus estados”, apresenta uma bela diversidade de objetos e de questionamentos. Além de uma manifestação da vitalidade da pesquisa nesse domínio complexo, essa heterogeneidade de abordagens, que o discurso citado compartilha possivelmente com toda questão aberta, viva, debatida, pode, provavelmente, ser relacionada com o fato de que esse campo, que eu prefiro nos dias de hoje chamar de “representação do discurso outro” (RDO<sup>2</sup>), é especificamente permeado pelo heterogêneo.

Evocarei, sucessivamente, quatro lugares (ou níveis) de inscrição de uma heterogeneidade: (1) inicialmente, no

próprio princípio da delimitação do campo da representação do discurso outro neste, mais vasto, da metadiscursividade; (2) no plano da natureza heterogênea das formas que o constituem e que não têm a coerência de um subsistema gramatical; (3) no de uma articulação que mantém a disparidade entre plano dos valores em língua e dos funcionamentos e efeitos em discurso; (4) na relação, enfim, destas duas heterogeneidades, tão irredutíveis quanto solidárias uma da outra: a heterogeneidade representada (das formas que “representam” o discurso outro no decorrer do discurso) e a heterogeneidade constitutiva (da presença fundadora, em todo discurso, de uma exterioridade discursiva que o “constitui”).

Em cada um desses lugares, estão, crucialmente, questões de fronteiras com as quais nos depararemos no-

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no colóquio: *Le discours rapporté dans tous ses états*, Bruxelas, 8-11 novembro de 2001. Publicado em “Le discours rapporté dans tous ses états”, J.M. Lopez Munoz, S. Marnette e L. Rosier (eds.), *L'Harmattan*, 2004, p. 35-53.

<sup>2</sup> Lista de abreviações: RDO: representação do discurso outro; DD: discurso direto; DDL: discurso direto livre; DI: discurso indireto; DIL: discurso indireto livre; MDS: modalização como discurso segundo; MA: modalização autonímica; A: Ato de enunciação se fazendo, com L, R: interlocutores; T, Loc: tempo, lugar, E: enunciado; ato de enunciação representado: a com l, r: interlocutores, t, loc: tempo, lugar, e: enunciado.

vamente: fronteiras externas entre a RDO e o que não diz respeito a ela; fronteiras internas à RDO, entre formas, tipos, zonas, etc.

**O heterogêneo no princípio de constituição do campo na metadiscursividade**

Se, não tendo mais apreço pela proliferação terminológica, prefiro atualmente falar em “representação do discurso outro”, muito mais do que em “discurso citado”, para designar o conjunto do campo, é por dois tipos de razões: negativas e positivas.

Entre as primeiras razões, figura a inadequação, geralmente percebida, do termo “citado” para imagens de discursos vindouros, hipotéticos, negados, etc., como em (1):

(1) Talvez encontraremos alguém que diga...; Seria bom que você dissesse...; Ah! Se alguém pudesse dizer...; Eu nunca disse...; etc.

Ou seja, discursos desprovidos do referente – anterior ao ato de enunciação – para o qual o termo “citação” poderia convir. Pode-se também destacar, diante da força da associação – estabelecida por uma longa tradição – entre “discurso citado” e a trilogia DD, DI e DIL, que, se é fácil agrupar sob esta denominação o DDL, que é somente um DD não marcado, é, em contrapartida, muito mais problemático reunir aí o que diz respeito à modalização do dizer por remissão a um discurso outro fonte (do tipo *conforme l, P*, ou *“X” para retomar a palavra de l*), que introduz uma relação com o discurso outro diferente da que prevalece no DD e no DI: um dis-

curso outro *segundo o qual* se fala e não mais um discurso outro *do qual* se fala.

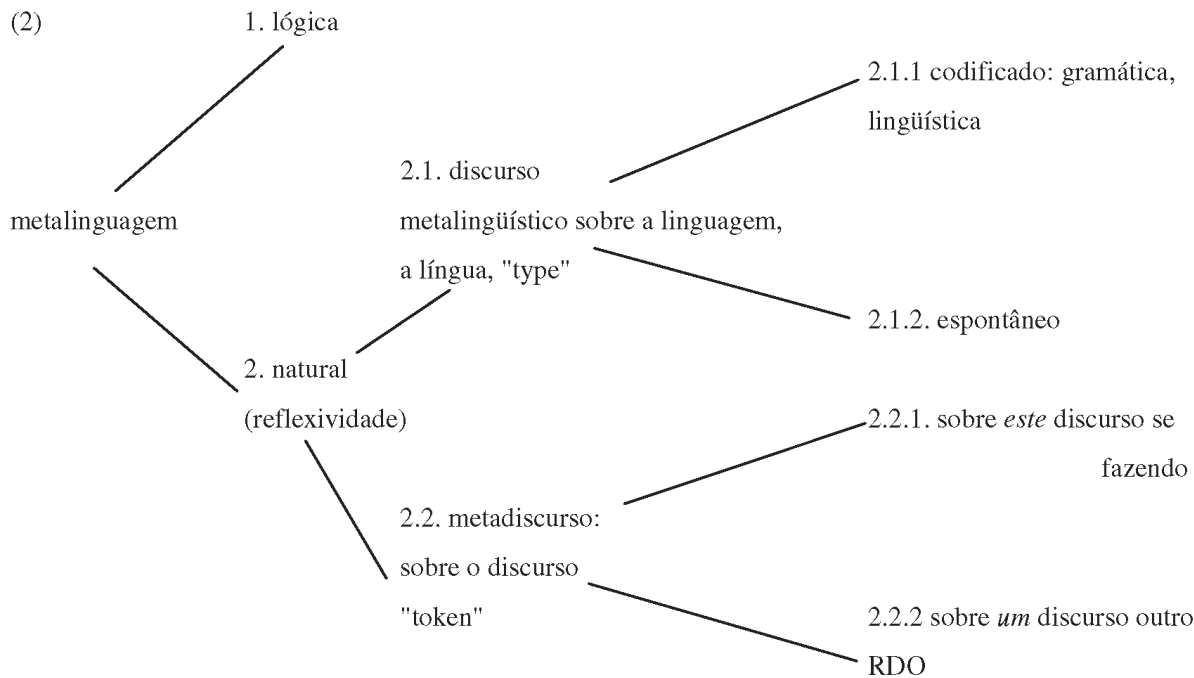
Do lado das razões positivas, escolher o termo “RDO” é posicionar explicitamente o domínio visado no campo, englobante, da metadiscursividade (discurso sobre discurso) com a especificação da alteridade (do discurso outro) pela qual se distingue da auto-representação do discurso se fazendo.

Inscrever o domínio do “discurso outro” e dos modos de sua emergência no discurso no campo da metalinguagem supõe, evidentemente, não perder de vista – detendo-se nos “espantalhos” das metalinguagens lógicas, ou, no interior da linguagem natural, nos “arquétipos” dos discursos metalingüísticos codificados dos gramáticos e lingüistas, que têm por objeto a linguagem, em geral, as línguas e seus “types” – a riqueza da atividade linguageira espontânea que se relaciona a isso.

A estruturação sumária do universo da metalinguagem é apresentada em (2).

Percebe-se, uma vez eliminada a seção 1, completamente estranha à prática linguageira, que a seção 2.1.1, do discurso metalingüístico instituído, não aparece como a forma “por excelência” da metalinguagem natural, mas como uma de suas manifestações, muito particular, inscrita nas exigências de uma discursividade científica ou, ao menos, fortemente normatizada.

A meu ver, situar a RDO (seção 2.2.2) nesse conjunto, como uma vertente do metadiscurso (2.2) ao lado, diferencialmente, do da auto-representação do dizer (2.2.1), e, mais geralmente, inscrevê-la no todo da metalinguagem natural (2) é, entre outros, reconhecê-la como participante daquilo que – bem depois dos filósofos Wittgenstein,



Merleau-Ponty, por exemplo – Benveniste ou Culioli consideraram como uma das propriedades essenciais da linguagem humana: a reflexividade. É nessa capacidade de não limitar a linguagem à representação do mundo, mas em produzir “significância sobre significância”, em fazer proliferar a linguagem sobre si mesma em “estágios” de linguagem desconhecidos das comunicações animais<sup>3</sup>, que reside o “poder maior” da linguagem humana, e o específico da relação humana – marcada por uma distância interna – com a linguagem, em que se opera uma parte crucial da subjetividade<sup>4</sup>.

Não começarei, aqui, nem mesmo o exame das formas observáveis das quatro seções “da direita”, que mereceria ser conduzido sistematicamente para depreender daí regularidades e rupturas. Particularmente, penso que seria interessante comparar as duas seções da metadiscursividade (2.2), tão presentes uma quanto a outra na cotidianidade da vida languageira, e explorada por um certo número de trabalhos (M.M. de Gaulmyn, E. Gülich, M.A. Morel, A. Borillo, Authier-Revuz, por exemplo<sup>5</sup>), a zona 2.2.1 da auto-representação do dizer, ilustrada abaixo em (3), está longe de ser tão trabalhada quanto a zona da RDO (2.2.2).

(3) Foi preciso, direi (posso dizer), muito esforço; Para concluir (para começar, etc.), direi que...; Havia, tenho que lhe dizer (é preciso lhe dizer, pode-se bem dizer, se me permite um parêntese, etc.), uma multidão considerável; Houve, medindo as palavras (a palavra correta é, se preferir, etc.) uma “confusão”...

Acredito que a aproximação dos dois conjuntos de formas – em particular quanto à relação com a modalização do dizer que emerge nesse nível (2.2) da metadiscursividade – seria produtiva para a descrição das duas seções.

Assinalarei somente, sobre esse conjunto (2), duas zonas delicadas que se referem às fronteiras externas da RDO. Se compararmos os enunciados (4):

- (4) a. A frase “P” é gramatical.  
b. Ele disse: “P”.  
c. *On dit X mais aussi Y ; On dit volontiers X lorsque ... ; On dira plus facilement X si*<sup>6</sup> [Dizemos X mas também Y; Dizemos habitualmente X quando...; Diríamos mais facilmente X se...].

Percebe-se que, entre os domínios nitidamente delimitados do discurso metalingüístico sobre a língua como sistema (4a) e do metadiscorso da RDO (4b), abre-se a zona de um discurso sobre a língua como soma de usos<sup>7</sup> (4c), em que – via o “on” – emerge uma representação da língua como “*discurso outro do on*”, questionando a oposição 2.1/2.2.2.

Uma outra zona delicada se situa na fronteira entre auto-representação *deste* discurso se fazendo (2.2.1) e representação *de um outro* discurso (2.2.2)<sup>8</sup>. No primeiro caso, todos os parâmetros enunciativos do ato representado (a) coincidem com os do dizer se fazendo (A), como, por exemplo<sup>9</sup>, em (5):

- (5) Eu lhe digo isso diretamente: não vá.

Basta um parâmetro não-coincidente entre (a) e (A) para que seja “revertido” o lado da RDO. Entre os dois, certos presentes de verbos de fala transformarão o enunciado em RDO por seu valor iterativo, ou deslocado para passado recente ou futuro próximo, como em (6):

- (6) a. Eu te digo sempre para te prepares antes para tua declaração.  
b. Eu acabo de te dizer que a Maria vem jantar esta noite, e tu já esqueceu.  
c. Eu te digo, em seguida, se posso ir, é preciso ver minha agenda.

Em contrapartida, futuros modais (7a), e também *eu vou dizer* (7b), e *eu disse* (7c), imagens do desenvolvi-

<sup>3</sup>Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalingüística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas” (Benveniste, 1969-1974, p.65). “[Nas abelhas] a comunicação se refere apenas a um certo dado objetivo. Não pode haver comunicação relativa a um dado “lingüístico” [...]. A abelha não constrói uma mensagem a partir de outra mensagem” (Benveniste, 1952-1966, p. 60-61). “[...] A linguagem permite estágios complicados, já que se pode sempre utilizá-la para falar sobre a linguagem, relatar a fala de outro graças ao estilo direto, indireto ou indireto livre, retomar uma palavra, mal compreendida, retransmitir uma mensagem... Eis um traço que jamais se encontra na comunicação animal” (Culioli, 1967, p. 70).

<sup>4</sup> Sobre certos aspectos da relação metalingüagem/subjetividade na enunciação, ver Authier-Revuz (1995, p.1-100).

<sup>5</sup> Ver um panorama desse campo em Authier-Revuz (1995, p.15-25).

<sup>6</sup> Mantém-se o exemplo no original por tratar-se de um caso particular da língua francesa (o emprego de “on”), que não se aplica ao português. Por exemplo, a forma “On dit” poderia ser traduzida por “Dizemos”, “Diz-se” ou “Dizem” (N. do T.).

<sup>7</sup> Esses pontos de contato entre discurso sobre a língua e RDO mereceriam ser examinados tanto no plano da variedade sincrônica dos discursos (gramáticas “científicas”, crônicas normativas na imprensa, discurso espontâneo, etc.) quanto no plano de sua evolução, uma vez que as formas da retórica gramatical variaram, consideravelmente, no decurso dos séculos, por exemplo, cf. Fournier (2002).

<sup>8</sup> Restaria articular a essa oposição *representação do discurso* (de si)/*de um discurso outro* (e talvez questioná-la) o funcionamento metadiscursivo no quadro da unidade, co-enunciativa, de um par de enunciados *do um* e *do outro*.

<sup>9</sup> O enunciado performativo representa a ponta extrema dessa coincidência, já que em (5), ou (3), o dizer se produz *incluindo* sua própria representação, o enunciado performativo se realiza, por sua vez, se confundindo com sua representação.

mento temporal do dizer se fazendo, irão, por sua vez, para o lado da auto-representação:

- (7) a. Eu te direi que estou farto desses atrasos repetidos.  
 b. Há toda uma troca de receitas... vou dizer popularescas, já que estou usando uma língua vulgar. (conversação privada, maio de 1983).  
 c. É preciso negociar, eu disse negociar, com os interesses, e não [...] (discussão, instância universitária, maio de 1994)

Depois desses pontos de diferenciação, é, ao contrário, o caráter transversal no conjunto do campo 2 da reflexividade metalinguagem de duas operações, extremamente gerais, que eu gostaria de destacar:

• a da *produção de paráfrase*, isto é, de um equivalente em termos de “significado” ou de “sentido” conforme a seção em que este se situa, como paráfrase lingüística (8a e 8b) ou discursiva (Cf. Fuchs, 1982; Fuchs, 1994) (8c e 8d):

- (8) a. (2.1.1) A frase ambígua “a crítica de Voltaire é fraca” significa que Voltaire faz uma crítica fraca ou que ele foi criticado de maneira fraca (oral, curso de lingüística, fevereiro de 1992).  
 b. (2.1.2) “A batata está assando” quer dizer que não há mais nada a esperar. (oral, reposta a uma pergunta de um locutor estrangeiro tendo ouvido a expressão, junho de 1996).  
 c. (2.2.1)[...] é preciso, falando nisso, dar-se conta da dimensão política, isto é, sendo bem claro, do contexto das lutas que estruturam a sociedade considerada.  
 d. (2.2.2) A. — Sou ainda o xerife e se você sair assim em público, eu vou lhe prender.  
 B. — Oh!... Esperei tanto tempo para que você me dissesse isso! [...] você tem um jeito tão inesperado de se expressar [...] Pensei que você nunca me diria isso!  
 A. — Dizer o quê?  
 B. — Que você me ama!  
 A. — Eu disse que vou lhe prender.  
 B. — É exatamente a mesma coisa e você sabe bem disso, são só as palavras que mudam. (Diálogo do filme *Rio Bravo*<sup>10</sup>, A: o xerife, B: a bela heroína).

• a da *mostração de palavras*, por menção ou autonomia, presente tanto nos enunciados que dizem res-

peito à língua (2.1.), como em 8a e 8b, quanto nas representações de discurso (2.2), de si ou do outro como em 9a e 9b:

- (9) a. Escute Senhor, estas são as últimas palavras que eu vou lhe dirigir: eu-não-queiro-comprar-este-aparelho! (oral, fim de uma longa e difícil negociação com um vendedor de filtros de água, fevereiro de 1995)  
 b. Foi nesse exato momento que ele esperou para soltar a frase: “Não há mais dinheiro em caixa”.

Conforme as “seções”, isto é, conforme os contextos de sua utilização, essas operações se realizam através de formas variadas, e aí produzem, sobre uma base única, funcionamentos e efeitos diferentes. Uma linha de clivagem essencial à delimitação do setor da RDO no conjunto metalinguagem é, passando entre 2.1 e 2.2, a do estatuto *type* ou *token* do objeto linguagem representado. Essa oposição modifica, na verdade, radicalmente, no que tange à operação de paráfrase, o espaço – língua ou discurso – no qual é colocada a relação de equivalência e o nível em que ela se situa – significado ou sentido pelo qual atua a totalidade do contexto do dizer<sup>11</sup>. Ela modifica também radicalmente, nas seqüências mencionadas, sua condição de acesso ao sentido e à referência atual, isto é, ao “mundo”, respectivamente barrado para os *types*, fechados sobre o universo do signo (como em 8a e 8b), e aberto para os *token* (como em 9a e 9b), como se verá a propósito do DD, (parte 3).

Uma outra característica associada aos *token* (por oposições aos *types*) é que, sendo o objeto da representação, nesses casos, um ato de enunciação, em sua concretude singular, estritamente irrepresentável “em sua totalidade” – contrariamente ao que ocorre em uma *frase*, relativamente a um sistema lingüístico –, toda representação de *token* (2.2), caso seja detalhada, jamais será só uma imagem necessariamente subjetiva e parcial disso.

Além do mais, essa imagem – incompleta – de ato de enunciação não se inscreve da mesma maneira na representação do dizer se fazendo (2.2.1) e de um dizer outro (2.2.2). No primeiro caso, a representação se *acresce*, como um comentário, ao discurso que, *hic et nunc*, se produz; ela é redobramento de algo que existe pelo enunciado independentemente de sua representação. No segundo caso (8d, 9b), é exclusivamente pela representação que é feita disso que o dizer “outro” apareceria no dizer *hic et nunc*, e a inclusão desse outro representado no um do dizer se fazendo abre, em toda forma de RDO, uma dupla heterogeneidade: a da irredutibilidade do ato de enunciação outro à imagem necessariamente faltante

<sup>10</sup> *Rio Bravo* (Howard Hawks, 1959).

<sup>11</sup> O enunciado (8d) fornece um bom exemplo da distância extrema, no plano da língua, entre elementos colocados, em DI, em uma relação de paráfrase ao plano do discurso: *eu vou lhe prender/ eu amo você*.

Quadro (10)

(10)	Predicação concernente ao DO A	Modalização do dizer pelo DO B
Imagem do DO construída por paráfrase (descrição) a	Zona do discurso indireto (em sentido amplo) ex.: Ele anunciou seu retorno. Aa	Zona da modalização do dizer como discurso segundo ex.: Segundo ele, as estatísticas mentem. Ba
Imagem da DO construída com mostraçã de palavras b	Zona do discurso direto ex.: Resposta do ministro: “Esperemos as eleições”. Ab	Zona da modalização autonímica como discurso segundo ou modalização autonímica de empréstimo ex.: Ele está lhe “fazendo a corte” como diria minha avó. Bb

que dele é dada; a da articulação que realiza, segundo modos diferentes, toda forma de RDO de dois atos de enunciação (dois sistemas de localização enunciativa, duas modalidades de enunciação, dois conteúdos de mensagem, duas maneiras de dizer, etc.) respectivamente ao trabalho no real da enunciação se fazendo e ao ato que se relaciona à imagem que dele é dada – *imagem do outro no um*.

### Um campo heterogêneo no plano das formas

A declinação, a diátese e a modalidade de enunciação oferecem, entre outros fenômenos, subsistemas de língua homogêneos e estruturados. Esse não é o caso do campo da RDO, ainda que a tradição do capítulo “discurso citado” nas gramáticas apresentasse essa ilusão com aparência de paradigma de três elementos: DD, DI, DIL.

Na verdade, essa prática metadiscursiva de produção no discurso de imagem de um discurso outro passa pela utilização de formas e de operações que, majoritariamente, “não pertencem” a esse campo, funcionando, aliás, fora de toda problemática de discurso outro: também não se pode escrever uma “gramática”, em sentido estrito, mas sobre isso desenhar uma estruturação em zonas, operada sobre a base de algumas operações e formas elementares *que não lhe são próprias*.

O quadro (10) mostra alguns desses elementos que permeiam, de maneira pertinente, o campo da RDO.

Duas operações, evidentemente não-circunscritas no campo da RDO, as da *predicação* (A) e da *modalização* (B), intervêm quanto ao estatuto conferido no dizer à imagem do dizer outro que comporta: em (A), o dizer outro é este sobre o qual recai a predicação efetuada pelo dizer, seu objeto, *este do qual* ele fala; em (B), o dizer outro é este pelo qual passa uma modalização do dizer, *este se-*

*gundo o qual* ele fala.

Intervêm, igualmente, na natureza da imagem de discurso outro produzida, as duas operações de metalinguagem natural – não específica também, como vimos mais acima, à RDO – que são a *paráfrase* (a) e a *mostração* de palavras (b): em (a), essa imagem passa pela formulação de uma paráfrase discursiva – um equivalente no plano do sentido, em contexto – e, além disso, por uma simples descrição/caracterização do conteúdo do discurso outro sem exigência de equivalência; em (b), essa imagem que o dizer constrói passa por uma mostraçã de palavras (menção, autonímia) remetidas ao outro discurso, a mostraçã de uma mensagem outra.

Quando se cruzam essas operações, quatro zonas se desenham, apresentando, para cada uma delas, por um lado, uma grande variedade de formas, no sentido gramatical do termo (frase com completiva, incisvas, incidentes, circunstantes, modos verbais, adjetivos, etc.), por outro lado, uma gama extensa de graus de marcação, desde casos de sobremarcaçã até as formas integralmente interpretativas.

Assim, a *zona* (Aa), definida pelo fato de que (A) o discurso outro é objeto do dizer e de que (a) sua imagem, produzida pela paráfrase discursiva, está nos planos semiótico e enunciativo, homogênea ao discurso em que é produzida, e recobre a variedade observável em:

- (11) a. Ele disse que viria; Ele disse estar enganado; Ele anunciou seu retorno próximo.  
b. Ele proferiu ameaças; Ele questionou muito.  
c. Ele evocou sua juventude; eles falaram de carros.  
d. (Ele falou).

Esquemáticamente, a imagem diz respeito, portanto, (11a) às formas do DI que produzem uma imagem parafrástica do conteúdo do discurso outro, reunindo tan-



to a forma “clássica” com *dizer que* quanto seus homólogos com infinitivos ou grupo nominal; ela inclui, por extensão, as formas descritivas do conteúdo (mas sem proposição de paráfrase), especificando o ato ilocutório (11b), o tema ou o “*type*” (11c) do discurso outro. A única indicação do fato de um dizer outro sem elemento informativo sobre o conteúdo é a que pode ser considerada como “grau zero” da RDO (11d).

No plano das realizações gramaticais da RDO nessa zona, é preciso destacar a forma freqüente do DI com verbo de fala em incisivas<sup>12</sup> e o vasto domínio das extensões interpretativas do alcance de uma marcação, além dos limites da frase<sup>13</sup>, pelo qual se insistirá sobre o fato de que o DI não marcado, totalmente interpretativo, não pertence ao DIL.

Da zona (Ab), definida pelo fato de que (A) o discurso outro é o objeto do dizer e de que (b) sua imagem, passando por uma mostraçã de mensagem<sup>14</sup>, é, nos planos semiótico e enunciativo, heterogênea ao discurso em que é produzida, por exemplo:

- (12) a. Ele proclama: “Estou feliz “. (sobremarcação sintática + tipográfica)  
 b. Estou feliz, proclama ele. (marcação sintática)  
 c. Ele se regozija: “Estou feliz”. (marcação tipo gráfica + índice semântico)  
 d. Ele se regozija. Estou feliz. (interpretativo com índice semântico).  
 e. Ele chega. Estou feliz. Ele parte. (interpretativo, em função de um contexto mais amplo)

Neste conjunto, que é o do DD, passa-se, através da variação sintática – afetando em particular a relação entre a representação da mensagem e a do ato de enunciação ao qual diz respeito: por subordinação de COD (12a), incisiva (12b), disjunção sintática (12c e 12d) – e tipográfica/entonativa, das formas marcadas (em diversos graus [12a, 12b, 12c]) para formas, cuja interpretação como RDO, recai sobre índices (jamaiz unívocos, quer sejam da ordem de uma coerência semântica imediata [12d] ou discursiva mais ampla [12e]). O DDL, representado aqui por 12d e 12e, constitui o setor interpretativo dessa zona. Contrariamente ao DIL, irredutível a uma dessas quatro “zonas”, o DDL pertence (somente) ao DD não-marcado.

A zona (Ba), definida pelo fato de que nela se fala de um objeto qualquer *segundo* um outro discurso (B) cuja imagem passa pela paráfrase discursiva (a), comporta as formas:

- (13) Conforme I, segundo I, para I, se se acredita I, P. Parece que P. P, parece.  
 Ele estaria bem colocado nas eleições. Ele está, enfim é ele quem diz, bem colocado nas eleições.

Essa zona que se pode chamar de “modalização do dizer como discurso segundo” (MDS) ou, se preferirmos, “modalização por discurso outro”, depende dos campos da modalidade<sup>15</sup>, em que se opõe às formas do tipo *segundo o que penso, tenho que lhe dizer, me parece, ele parece triste segundo o que eu vi*, etc., pelo traço “discurso outro”.

A zona (Bb) é definida pelo fato de que nela se fala de um objeto qualquer *segundo* um outro discurso (B) cuja imagem passa pela mostraçã de palavras (b). Esse setor da “modalização autonímica de empréstimo”<sup>16</sup>, relacionado ao campo global da modalidade autonímica (cf. parte 3) em que se opõe pelo traço “discurso outro” a formas do tipo *se posso dizer, eu digo bem, é o caso de lhe dizer*, etc, revela uma grande variedade de formas sintáticas e lexicais, em diversos patamares de explicitação. Assim, por exemplo, do mais ao menos explícito:

- explicitando a operação de empréstimo – dizer “como” – em um exterior discursivo (representado por Ext):

- (14) X, eu empresto, retomo essas palavras de Ext ; X, emprego esse termo na seqüência, após, no sentido de Ext; para retomar, citar, emprestar, plagiar, adotar, guardar as palavras de Ext; X, para ser, fazer Ext (= simples, pedante, esnobe, grosseiro); X, para falar de maneira militar, de maneira técnica, para falar familiarmente, vulgarmente, etc.

- assinalando a emergência de discurso outro:

- (15) O como Ext diz isso? X; X, Ext *dixit*; Este N que Ext chama, nomeia, designa, batiza; X, palavra de Ext; X, no sentido de Ext, que lhe dá Ext, etc.; dito, pretendido, chamado X; X – Ext diz Y; X que Ext chama, nomeia, designa, batiza Y; X – em Ext Y [Ext = em inglês, em termos eruditos]; “X” (Ext) [Ext = não próprio]; O famoso, célebre, eterno “X”; O “X” de Ext, seu “X”; X, *sic*; etc.

- marcando (aspas, itálico) uma modalização autonímica, que deve ser interpretada como empréstimo:

<sup>12</sup> Cf. o conjunto de exemplos discutidos em Rosier (1999, p. 257 e s.) (sem que eu compartilhe a idéia de um “efeito de DD”).

<sup>13</sup> Extensões como as de G. Schrepfer, em termos de introdutores de “quadros de discurso” – propostos por M. Charolles – e de índices de barreira, estudada mais particularmente no caso (Ba) de *conforme l...*, (cf. Schrepfer, 2000).

<sup>14</sup> Mostraçã de mensagem, que é imagem da mensagem cujo grau de “fidelidade” não é nada especificado por essa descrição, cf. parte 3.

<sup>15</sup> Reencontra-se a problemática da evidencialidade – em que ela pertenceria à categoria do ouvi-dizer – e a do mediativo.

<sup>16</sup> Cf. um estudo sistemático em Authier-Revuz (1995, p. 235-496), e elementos esquemáticos em Authier-Revuz (1997).

(16) “X” [interprete em *como Ext diz*]; “X” (!) [interprete em *sic*]; “X” (?) [interprete em *pretendido*]

• devendo ser interpretada, como modalização autonímica e como empréstimo:

(17) X, isto é, Y; X, ou Y; X, Y; X – Y; X (Y); X etc.; X... (reticências); X1-X2-X3 [hífens colocados entre as palavras estigmatizando o caráter fixo da seqüência X1 X2 X3]

• puramente interpretativo (alusão interdiscursiva), como em:

(18) O número de crimes e de suicídios degradingola sob as bombas. O ódio sai de nós, atravessa a fronteira e se abate sobre o inimigo cujo sangue impuro vai banhar nossos campos mais uma vez<sup>17</sup>.

Escapando a essa combinatória A/B-a/b, pela qual o campo da RDO se estrutura em termos de predicação, modalização, paráfrase e mostraçã, apareceria, enfim, a zona original da *bivocalidade*, incluindo o DIL ou confundida com ele, conforme a definição que lhe foi dada. Apresentando formas e graus de marcação diversos – com ou sem incisas, com ou sem aspas – como em (com referência de *Pedro e ele*):

(19) a. Pedro ergueu a cabeça. “Poderia, perguntou ele, emprestar o livro?”  
b. Pedro ergueu a cabeça. Poderia, perguntou ele, emprestar o livro?  
c. Pedro ergueu a cabeça. “Poderia emprestar o livro?”  
d. Pedro ergueu a cabeça. Poderia emprestar o livro?

Essa zona se caracteriza por uma heterogeneidade enunciativa particular: a unidade enunciativa fundamental, na qual embreantes de pessoa, de tempo e modalidade de enunciação são indissociavelmente associados a uma fonte, rompe-se aqui<sup>18</sup>, remetendo pessoas e tempos verbais ao quadro enunciativo do dizer se fazendo, enquanto modalidade de enunciação e, eventualmente, circunstâncias temporais remetem ao ato de enunciação outro. A relação do dizer com o discurso outro representado é, então, a de um *falar com*.

Cada uma dessas zonas corresponde, através do estatuto da imagem produzida do discurso do outro no

dizer se fazendo, a um modo de tratamento da alteridade, isto é, de inclusão do outro no um do dizer:

- *o um fala do outro, reconduzindo-o ao um*: zona do DI, simples ou estendido, caracterizada pela integração, a homogeneização, a redução do outro ao “um” sintático e enunciativo;
- *o um fala do outro, afixando-o, localmente, como outro*: zona do DD, caracterizada pela exibição, sobre a linearidade que ela recorta em partes do um/do outro, de um segmento completamente heterogêneo nos planos semiótico, sintático, enunciativo, colocado sob a dependência do dizer do um, encarregando-se da mostraçã do outro, isto é, “fazendo falar o outro”;
- *o um fala segundo o outro*: zona, dupla, da modalização do dizer pelo discurso outro, em que o outro não é mais aquele do qual se fala, mas aquele que interfere no dizer e que o altera (no sentido musical também<sup>19</sup>), intervindo como fonte, seja de suas predicações (Ba), seja de suas maneiras de dizer (Bb);
- *o um fala com o outro*: zona de uma bivocalidade em que o um se mistura ao outro, desconsiderando a coesão da unidade enunciativa, dividindo esta entre o um e o outro (o que não tem nada a ver com a divisão *da cadeia* entre o um e o outro operado pelo DD). Pode-se falar aqui de “hibridez” ou de “mixagem” enunciativa, sob a condição de que ela não seja de forma alguma reduzida a uma combinação DD/DI, mas considerada como modo enunciativo totalmente à parte do tratamento do outro no um.

Esses grandes tipos *básicos*, oferecidos pela língua, são tomados aqui em sua generalidade – pobreza – máxima; eles são evidentemente capazes de se carregar, em discursos, de *interpretações* muito diversas: assim, por exemplo, a mostraçã de mensagem outra se mostra tão adaptada à literalidade escrupulosa da citação erudita quanto à teatralização polêmica de uma fala fictícia emprestada ao outro como dizendo melhor do que ele o que ele dizia...; como eles podem também se associar em *formas complexas* – no limite das combinações possíveis –: assim, a tão freqüente associação dos DI e das modalizações como discurso segundo com uma modalização autonímica de empréstimo no mesmo discurso outro, como em:

(20) a. [...] o homem de frente do partido anunciou que havia “grandes chances dele ser candidata à prefeitura”.

<sup>17</sup> Trecho que remete ao Hino Nacional Francês (N. do T.).

<sup>18</sup> Sobre um modo aparente, mas não confundido com o que se pode observar nessa outra configuração de fala do um na do outro que reprises imediatas na interlocução oferecem (cf. Granier, 2002).

<sup>19</sup> Em que, para L, enunciar P sobre o modo *conforme l, P*, isso seria falar “em código de l”.

b. Conforme Flaubert, testar a “sonoridade das palavras” é necessário a quem tem a ambição de uma verdadeira escritura.

que correspondem à utilização dos modos (Aa) ou (Ba) acumulados com o modo (Bb), segundo um funcionamento discursivo que não requer, penso eu, que se postule um outro tipo próprio<sup>20</sup>.

### Língua e discurso: uma separação a ser mantida

Se foi no plano de seu valor em língua, isto é, da maneira mais abstrata e geral, que tentei o inventário, sumário, das formas e operações de base que estruturam o domínio da RDO, não foi por indiferença à riqueza inesgotável dos funcionamentos e dos efeitos de sentidos tais que se pode, concretamente, reencontrá-los em discurso, mas, ao contrário, porque penso que é, partindo das formas de língua, em sua rigidez e sua pobreza abstrata, que se pode tratar disso, pela atualização de trajetos interpretativos.

Fazendo isso, inscrevo-me em um quadro teórico que mantém como essencial, na linha de Benveniste (cf. Benveniste, 1967-1974), a distinção entre o que ele chama de “os dois modos de significância”: o do semiótico, a língua no sentido saussuriano, em que se trata de identificar os signos, isto é, de reconhecê-los e, com eles, seu significado estável; e o do semântico, o do discurso ou da “língua em uso e em ação”, em que os signos se tornam “palavras” que se trata de compreender, isto é, de interpretar, atribuindo a elas um sentido, instável e incerto, considerado o número infinito de parâmetros heterogêneos.

Fica claro que essa posição de ancoragem no sistema da língua para dar conta dos fatos de enunciação, de discurso, supondo a pertinência de uma ordem própria, de um real da língua, não é unânime atualmente. Amplamente representada nas “Ciências da linguagem”, está, ao contrário, a escolha de um tipo de abordagem direta sobre os funcionamentos discursivos, acompanhada de um desinteresse relativo pelas formas de língua: quer seja de maneira explícita, e teorizada, rechaçando, globalmente, o conceito de língua sob a máscara de “artefato”, quer seja, mais seguidamente, por um questionamento, um por um, da pertinência das categorias colocadas em língua, em nome de sua rigidez, ou de sua suposta “normatividade”, em suma, de sua inaptidão em dar conta da flexibilidade, da profusão viva e caleidoscópica do discursivo.

Essa clivagem teórica, cujas incidências descritivas são fortes, parece-me no cerne de um certo número de debates que permeiam o campo da RDO, e notadamente em um movimento de promoção do “misto”, do “híbrido”

e do *continuum*, pensados como colocando em dúvida as distinções “rígidas” colocadas em língua, enquanto o nível em que são colocados esses híbridos ou *continuum*s me parece seguidamente (não sempre!) relacionar-se, na verdade, com o plano do sentido, em discurso, que não se confunde, a meu ver, com o das formas de língua.

Os exemplos que vou evocar – entre muitos outros possíveis – dizem respeito ao funcionamento em discurso das formas de língua da autonomia e da modalização autonímica.

Lembremos, esquematicamente<sup>21</sup>, as oposições que estruturam o campo. Lá onde (A) o signo *ordinário*, ou “em uso”, analisa-se como semioticamente simples, e remete a um referente mundano, como em (21):

(21) É alguém que jamais afunda em qualquer circunstância.  
S = (se/so)

O fato autonímico, através dos dois modos sobre os quais ele se realiza, permite, reflexivamente, significar o signo e se referir a ele. O primeiro modo é o (B) da autonomia (ou da menção) simples, que apresenta uma estrutura semiótica complexa, onde o plano do significado é ele próprio um signo e um funcionamento morfo-sintático nominal, como em (22):

(22) “Afundo” rima com “fim-do-mundo”.  
S = (se/(se/so))

O segundo (C), o da *conotação/modalização autonímica*, corresponde a uma configuração semiótica e enunciativa complexa, incluindo a autonomia como um de seus componentes, como em:

(23) Uma única cena que não afunda, se é que alguém ouse escrever isso, é aquela da piscina.  
[crítica de cinema]

Nessa configuração, o signo *afunda* apresenta o mesmo estatuto morfo-sintático e a mesma referência mundana que o signo (A), contrariamente ao que ocorre em (B); mas, a essa referência mundana, se acrescenta uma referência ao signo por meio do qual se efetua a primeira: o enunciador, aqui, fala de algo e, além disso, fala do signo pelo qual, *hic et nunc*, fala desse algo.

No plano enunciativo, é importante destacar que, se em (A) e (B) não se fala da “mesma coisa” (do mundo em (A): o fato de afundar; do signo em (B); a palavra *afundar*), fala-se disso “da mesma maneira”: (B) distingue-se de (A) por um signo complexo, “em dois estági-

<sup>20</sup> E especificamente não um misto de DD e de DI, na medida em que os segmentos que se relacionam ao modo (Bb) não pertencem ao DD (que se relaciona com Ab), conforme se discute abaixo.

<sup>21</sup> Remeto a Rey-Debove (1978), a Authier-Revuz (1995, p. 25-40), ou, para uma apresentação sintética, a Authier-Revuz (2002).



os”, se preferirmos, mas o modo de dizer, por sua vez, é o mesmo em (A) e em (B). Ao contrário, (C) apresenta um desdobramento enunciativo: um modo de dizer complexo, duplicando o dizer de uma palavra – que visa o mundo – por uma auto-representação do dizer dessa palavra.

Assim, em língua, além de todos os efeitos de sentido em discurso aos quais elas se prestam, importa não confundir essas duas categorias distintas – no triplo plano semiótico, sintático e enunciativo – da autonomia e da modalidade autonímica.

Acrescentarei, brevemente, duas observações ao tema da modalização autonímica. É a Rey-Debove (1978) que se deve a noção de conotação autonímica: é ela que retomei, com um deslocamento desde sua abordagem semiótico-lexical até um ponto de vista enunciativo, em termos de modalização meta-enunciativa do dizer, com alguns ajustamentos definicionais (ver Authier-Revuz, 1995, 2002). Porém, convém destacar que o campo dos fenômenos visados é estritamente o mesmo: também as “classificações” operadas, às vezes entre fatos de conotação *versus* modalização autonímicas, parecem-me – exceto ter que redefinir explicitamente essas noções, em oposição a sua definição de origem – sem fundamento.

A modalização autonímica não é, em si, uma forma da RDO. Forma muito geral de auto-representação opacificante do dizer, ela é suscetível de se inscrever no campo da alteridade discursiva – e daí constituir um modo de tratamento específico dessa alteridade, o da zona Bb evocado anteriormente, parte 2 –, mas da mesma forma que ela corresponde às outras “não-coincidências” cujas dimensões da interlocução, da nominação e do equívoco afetam o dizer. Também, desde que as formas da MA não são explicitamente assinaladas no campo do interdiscurso (como elas o são, por exemplo, em [14] e [15]), sua identificação como forma de RDO – isto é, como MA de empréstimo – depende sempre de um trajeto interpretativo, cuja existência não se deve esquecer. Mesmo quando a interpretação se impõe sobre o modo da evidência, ela não tem o mesmo estatuto que uma marca de língua.

Um fenômeno debatido é o do estatuto das formas, extremamente freqüentes, ilustradas por (20)<sup>22</sup>. Constituem elas formas “híbridas” (ou mistas) de DD e de DI, que instauram, nesse caso, por uma “interferência das fronteiras”, a oposição entre essas duas formas<sup>23</sup>? Ou então elas apresentam a combinação de duas formas de língua distintas e combináveis, que são: (1) a produção de paráfrase discursiva, elemento característico do DI e da MDS (zonas Aa e Ba acima), passando pela formulação ordinária por L – isto é, com suas palavras – do conteúdo de um outro dizer;

e (2) a MA de empréstimo, suscetível de aparecer em todo discurso, que contém ou não, aliás, uma forma de RDO e, conseqüentemente, também em contexto de DI ou de MDS.

Esquemáticamente<sup>24</sup>, é preciso destacar que nada autoriza a fazer elementos colocados entre aspas “fragmentos de DD”, seja qual for sua amplitude, visto que eles não apresentem nenhuma das rupturas próprias à citação ao DD: nem ruptura sintática, nem ruptura enunciativa (da referência dos embreantes), tornados possíveis, no DD, pela ruptura semiótica da autonomia da mensagem mostrada. Esses fragmentos estão, ao contrário, inscritos na estrita continuidade do dizer, homogêneos aos planos sintático e enunciativo, como destacam os casos em que a operação de homogeneização dos embreantes é marcada, como em (24):

(24) [...] o cardeal Etchegaray fez, entretanto, a gentileza de nos escrever [...] para nos dizer que, lendo o *Âne* que nós lhe havíamos enviado, ele o “apreci(ava)”.

Se compararmos um DI simples (25a) com suas variações com ilhota textual marcada (25b) e explicitada (25c):

(25) a. Ele disse que cuidaria duas vezes antes de embarcar novamente em um projeto desse gênero.  
b. Ele disse que cuidaria duas vezes antes de “embarcar novamente” em um projeto desse gênero.  
c. Ele disse que cuidaria duas vezes antes de “embarcar novamente” (sic!) em um projeto desse gênero.

Vemos que o segmento entre aspas do dizer está “em uso” em (25b, 25e, 25c), que refere primeiramente ao mundo, como em (25a) – contrariamente ao que ocorre com palavras mostradas em DD –, mas que ocorre, *além do mais*, em menção, isto é, mostrada sobre o modo do redobramento reflexivo da modalidade autonímica que integra ao dizer um elemento, um comentário desse próprio dizer, uma vez que a natureza do comentário precisa ainda ser interpretada em (25b) e explicitada em (25c).

A aparição, em contexto de DI (ou de MDS), de uma MA de empréstimo nas palavras do discurso que é o objeto da forma de RDO, aparece como um caso particular de um regime de emergência do discurso outro no discurso – o de um discurso outro *apropriado* ao objeto do dizer<sup>25</sup> – que somos levados a reconhecer em numerosas configurações discursivas: emergindo no discurso do um, as palavras – não a ele – que são as do país, da

<sup>22</sup> E apresentando o que, em um texto já antigo, (Authier, 1978, p. 73-74), eu havia proposto chamar de “ilhota textual”, mas sem que isso signifique de maneira nenhuma “ilhota de DD”.

<sup>23</sup> Posição seguidamente defendida, ver notadamente de Gaulmyn (1983) e Rosier (1999).

<sup>24</sup> Para um tratamento detalhado, ver Authier-Revuz (1996).

<sup>25</sup> Sobre esta noção, oposta àquela de “discurso outro associado”, ver Authier-Revuz (1995, p. 316-345).

época, do meio, da profissão, da pessoa, etc., de todo o *do qual ele fala*<sup>26</sup> e que pode ser, em particular, via as formas do DI, um discurso.

Assim, as formas não implicam, a meu ver, hibridez formal e “interferência” da oposição entre as zonas DD e DI. Parece-me ainda mais necessário não diluir as especificidades formais, distinguindo autonomia e modalização autonímica, em efeitos de sentido (tais como o de retomada “textual” do discurso outro) que enunciados, apresentando uma verdadeira “hibridez formal”, re encontram-se, que merecem ser reconhecidos por tais em sua dimensão de questionamento, na enunciação, das formas de língua.

Em caso de transformar, no centro de um enunciado, um modo de RDO em outro (do DI ao DD), como em<sup>27</sup>:

(27) [A pragmática lingüística de Ducroti] postula que todo enunciado “aporta com ele uma qualificação de sua enunciação que constitui para mim o sentido do enunciado” [trabalho de lingüística, 1995].

(28) Ele diz que retorna e “eu te amo” e que era um mal-entendido [oral, outubro de 2001].

sendo essa transformação considerada como erros, esquecimentos de programa frásico em curso de enunciado, forte movimento subjetivo vindo romper a trajetória iniciada, efeito deliberado de enunciação “instável”, etc., esses enunciados devem ser claramente identificados como distintos da forma regular e estereotípica do “DI/MDS com MA de empréstimo”, e sua aparição – evidentemente muito mais rara; não excepcional, entretanto, tanto na prática espontânea como na escritura romanesca contemporânea (Aragon, M. Duras, A. Cohen, por exemplo), deve ser questionada nos planos psicolingüístico e estético.

A questão da (não-)distinção entre o plano dos valores abstratos em língua e o dos funcionamento em contexto é crucial igualmente no debate em torno do estatuto autônomico da seqüência citada em DD: o funcionamento semântico-referencial dessa seqüência vai ao encontro de seu tratamento como autonímico?

Seja:

- (29) a. Aproveite, então, o passeio de amanhã!  
 b. A frase “Aproveite, então, o passeio de amanhã!” é do modo imperativo.  
 c. Jean havia me dito: “Aproveite, então, o passeio de amanhã!”, mas ele não aconteceu.  
 d. Jean havia me dito para aproveitar o passeio no dia seguinte, mas ele não aconteceu neste dia.

A comparação entre (29a) e (29b) faz nitidamente ressaltar a oposição entre o uso das palavras, no enunciado ordinário (29a) dotado de um sentido e de uma referência atual, isto é, em relação direta com o mundo, e a seqüência autonímica, no enunciado metalingüístico (29b), fechado no universo do signo, com um significado e um referente virtual, sem relação direta com o mundo. Tal não é claramente o caso para a mesma seqüência citada em (29c), isto é, em contexto de DD, em que encadeamento lógico e retomada anafórica se fazem sobre o sentido e a referência atual associada à seqüência.

Esse funcionamento normal do DD, a saber, em que mencionamos uma cadeia, pois ela diz algo sobre o mundo, conduz, seja a restringir a autonomia no caso (29b) e a recusá-la para o caso (29c), seja para postular um mistura de menção e de uso ou um *continuum* autonomia - modalidade autonímica (Cf. Tuomarla, 2000, p. 32), que questionaria a distinção em questão e daria conta do duplo aspecto de citação e de referência ao mundo.

Parece-me, ao contrário, que a seqüência citada em (29c) depende, sem nenhuma flutuação, da forma de língua da autonomia (dando conta das rupturas sintáticas e enunciativas observáveis) inserida em um contexto particular, o de uma representação do ato de fala no qual, contrariamente a (29b), ela se carrega de sentido e de referência atual, de relação com o mundo, *via este contexto*. O acesso ao sentido e à referência assinalável a essa seqüência se faz, certamente, de maneira fácil, automática: não é menos indireto, mediatizado pelo contexto de representação de fala, em função do qual se produz<sup>28</sup>.

Assim, o funcionamento semântico-referencial da seqüência citada em DD não deve, a meu ver, conduzir a fazê-la converter-se em uma zona indecisa, em que a menção se mesclaria com o uso, mas antes, por uma conduta que depende do deslocamento das possibili-

<sup>26</sup> O que explicitam comentários do tipo: *conforme a 'expressão local, como dizem as pessoas do ramo, como se dizia na época, e, evidentemente, todas as recorrentes formas do tipo como ele diz, fora de toda estrutura de RDO como em: (26) Assim corria a vida para minha tia Léonie, sempre idêntica, na suave uniformidade daquilo que ela chamava, com um desdém afetado e uma ternura profunda, seu 'pequeno ramerrame'* (Proust, 2000, p. 48).

<sup>27</sup> Cf. em Authier-Revuz (1996) os exemplos (12) a (15), e em Rosier (1999, p. 219-220) os exemplos (8) a (11), contrariamente aos outros enunciados vistos sob a rubrica do “discurso direto com que”.

<sup>28</sup> Comparar-se-á o funcionamento anafórico imediato em (29d) entre *passeio/ele, o dia seguinte/neste dia*, e, em (29c), o trabalho de “recuperação” dos referentes da seqüência citada *via* uma relação com as coordenadas (pessoa - espaço - tempo) do ato de fala representado que, facilmente, pode se tornar “cálculo” problemático, como demonstra o diálogo:

A. — Há três dias, ele disse: “venho depois de amanhã”!

B. — Sim, mas, espere, isso significa o quê?

dades em contexto de uma forma estável de língua, de reconhecer o trajeto que dota, indiretamente, de referência mundana uma seqüência cujo estatuto, em língua, permanece autonímico.

Da mesma maneira, a identificação da *autonímia* com a *citação textual* leva, diante da massa indiscutível de casos de DD, que não se relacionam claramente com a citação textual, a questionar o tratamento autonímico do DD, lá ainda, seja completamente, seja distinguindo entre DD autonímicos – os fiéis – e os outros (Cf. Mochet, 2002). Essas duas noções não são, a meu ver, de mesmo nível: uma é forma de língua geral, portadora do valor de mostração de palavras (autonímicas), a outra depende da operação, ou de um efeito de sentido, do relacionamento entre dois discursos.

A autonímia é certamente a única forma que *permite* inserir em um enunciado, em toda gramaticalidade, uma seqüência qualquer tomada ao pé da letra, em um outro lugar discursivo. Disso se conclui somente que o estatuto autonímico da seqüência mostrada em DD *implica* essa textualidade.

A não-textualidade de numerosas seqüências citadas em DD não é, a meu ver, um argumento contra seu estatuto autonímico, que me parece se situar em um nível de abstração, no plano da língua, que o coloca além de seus usos em discurso, caracterizáveis, por exemplo, em termos de textualidade estrita, aproximativa, nula, etc., isto é, além dos efeitos de sentido que são diretamente trazidos ao jogo dos contextos discursivos em que figuram.

O que é próprio do DD, como forma – entre os diversos tipos de imagens de discurso outro que produzem as diversas formas de RDO –, poderia, assim, como figura, entre os gêneros em pintura, a “Paisagem de ruínas com personagem”, estar caracterizado como “Imagem de discurso outro com mensagem mostrada”. Porém, a autonímia não especifica nada sobre a relação dessa mensagem mostrada – isto é, cujas palavras são mostradas – com uma mensagem original: sabe-se que os DD, de forma semelhante, sob todos os aspectos, especificam de maneira oposta sua relação com a textualidade, pelos *em suma, grosso modo, aproximadamente, textualmente, cito exatamente, etc.*

Gostaria de me deter em duas formas (30a e 30b) que, explicitando seu caráter oposto quanto à textualidade, o fundo através de uma forma que implica, no plano gramatical, o estatuto autonímico da seqüência citada:

(30) a. Ele lhe disse com essas palavras: “Você não tem esse direito”.

b. Ele lhe disse, não com essas palavras: “Você não tem esse direito”.

A seqüência “Você não tem esse direito”, explicitamente caracterizada como textual / não textual, está, nos dois casos – estrutura canônica do autonímia se assim for – em oposição, com referência catafórica, ao apresentador metalingüístico “essas palavras”: uma “gramática da autonímia” insiste aqui, constante, sob a variedade dos usos e efeitos de discurso.

O fato – de língua – da autonímia da seqüência citada se situa além da textualidade da mensagem mencionada, questão que, evidentemente importante para o funcionamento discursivo do DD, faz intervir, tanto no plano da produção quanto no da recepção, fatores muito diversos, entre os quais o do gênero (discurso científico ou erudito, grande imprensa, narração oral de conversação, etc.) parece essencial.

Em suma, através desses três casos<sup>29</sup> – ilhota textual em DI, funcionamento referencial e (não)textualidade da seqüência autonímica –, aparecia como crucial o fato de distinguir as formas de língua de base em sua abstração, e os trajetos interpretativos que dependem dos contextos em discurso, produtores do sentido. Uma parte importante dos “híbridos” e *continuums* propostos para dar conta do campo da RDO se produz, me parece, como um esmagamento desses dois níveis da língua e do discurso que, ao mesmo tempo, atenua o corte diferencial da língua, e “achata” a descrição do sentido de que os trajetos interpretativos – a partir das formas, em contexto – são participantes.

### Heterogeneidades representada e constitutiva: articulação e fronteiras

A questão da relação com o discurso outro não se desenvolve no único plano da RDO assegurando – como seu nome indica – a representação que um discurso dá a si mesmo, de “seus” discursos outros. Essa *heterogeneidade representada* por e no discurso, através das formas localizáveis na linearidade pelo receptor, e pelo lingüista, como referindo a do outro, articula-se em um outro nível de heterogeneidade: este, totalmente diferente, separado e teorizado em abordagens não propriamente lingüísticas da linguagem, reconhecendo – com acentuações teóricas diversas – o caráter constitutivo de todo dizer, e, em cada ponto, do alhures, do já-dito, que eu chamo de *heterogeneidade constitutiva*.<sup>30</sup>

A teoria bakhtiniana do “dialogismo”, colocada como *lei* do discurso humano, é, nesse caso, essencial: nenhuma

<sup>29</sup> Outros pontos em debate dependem, a meu ver, da mesma clivagem teórica, refiro-me, por exemplo, a Authier-Revuz (2002) para a questão da implicação subjetiva de L na mensagem de l que ele menciona, dependendo, de um trajeto interpretativo que, longe de recolocar em questão o estatuto autonímico da citação, se articula aí como a sua base.

<sup>30</sup> Oposição reformulada (Authier-Revuz, 1995) no quadro de uma abordagem das não-coincidências enunciativas em não-coincidência constitutiva/representada do discurso com ele mesmo.

palavra é nova, nem neutra, mas “carregada” de um “já-dito”, o dos contextos em que “viveu sua vida de palavra”. Nesse sentido, falar é entrar em relação dialógica com esses discursos outros que habitam as palavras e é, nesse processo – que escuta, acolhe, com ou sem reticência, cada palavra, em função daquilo que ressoa nela de vozes estrangeiras –, que o discurso toma corpo. A fórmula de Roland Barthes “tudo é situacional” se inscreve nessa linha de pensamento: nossas palavras, usos, sempre são apenas “de empréstimo”. É também amparada nas teorizações de Foucault e de Althusser, que a análise do discurso, desenvolvida por Michel Pêcheux (1990), opera um deslocamento desde o discurso produzido por um sujeito – na ilusão de um “eu falo” – até a exterioridade de uma interdiscursividade que o determina, sob o regime de um “Isso fala, sempre, em outro lugar, antes, independentemente”. Enfim, em uma abordagem, ao mesmo tempo, psicanalítica e literária, Michel Schneider, no belo livro *Voleurs de mots*, chama as incidências sobre a construção da subjetividade – e sobre escritura – de “não-pertencimento inato da linguagem”, devido ao fato de que, irredutivelmente e desde nossa entrada “pelo outro” na linguagem, “nossas” palavras são, na verdade, palavras “dos outros”.

Essas duas heterogeneidades são... radicalmente heterogêneas! Uma depende da representação e da intencionalidade, a outra é estritamente irrepresentável para o sujeito falante, do qual ela determina o dizer; e ela não é acessível também ao analista que pode, além disso, construir hipoteticamente, sobre bases históricas, e sobre aspectos parciais da memória discursiva na qual se produz um discurso.

Então, por que se preocupar em relacioná-las? Por duas razões que, nos dois casos, dizem respeito a questões de “fronteira”.

A primeira é uma questão de fronteira externa do campo da RDO. Como citado anteriormente (parte 1), essa delimitação passava entre RDO e auto-representação em função da questão: há discurso representado, mas este seria “do outro”? Aqui, trata-se de responder à questão: há outro, mas ele é representado?

Ao estudar as formas da RDO – heterogeneidade representada – somos, na verdade, inevitavelmente conduzidos a reencontrar, no fim de uma escala de graus de marcação cada vez menos nítidos, uma zona indecisa onde se converte em uma heterogeneidade constitutiva.

Nessa zona, eu me contentaria em colocar alguns reparos: o do limiar pelo qual se passa do grau de marcação das formas do DD, da bivocalidade ou da MA de empréstimo, por exemplo, ao fato da marcação zero do DDL, do DIL (caso seja reservado esse termo à bivocalidade não marcada), à alusão (cf. acima 12d, 12e, 19d, 18), limiar

da entrada nas formas que são interpretáveis como RDO, isto é, interpretadas como “dadas a reconhecer” com a escolha – intencional – de risco que isso supõe da parte do enunciador<sup>31</sup>.

Além disso, aborda-se o discurso outro *presente* (e não representado), suscetível de ser localizado por traços do já-dito (e não assinalado por marcas). Por um lado, foi em uma grande variedade de estruturas de língua que a presença do já-dito havia sido localizada como intervindo em sua economia sintático-semântica: central na problemática do pré-construído e dos “discursos transversos” desenvolvida em análise de discurso em torno de Michel Pêcheux, o jogo não-explicito e não necessariamente intencional do já-dito apareceria no funcionamento de relativas, determinativas, frases clivadas, nominalizações, concessões, aposições (Cf. Neveu, 2002), enunciados tautológicos (Cf. Richard, 2000) (exemplo: “uma mulher é uma mulher”), advérbios (“é bem um escroque”), etc.

É, aliás, fora de toda estrutura, que concerne especificamente ao já-dito, que tal fragmento de discurso enunciado espontaneamente – e sem distância – pelo locutor poderá ser percebido pelo receptor como reminiscência, estereotípias, clichê, “conversa mole”, etc., esse divórcio – suscetível às vezes de se explicitar em conflito<sup>32</sup> – entre locutor e receptor nos reaproximando do fato da heterogeneidade latente, constitutiva que é a de todas as nossas palavras, irremediavelmente “de empréstimo”.

A segunda questão de fronteira que aparece na articulação das duas heterogeneidades, representada e constitutiva, é de natureza totalmente diferente. Relativamente ao real da heterogeneidade constitutiva do dizer, permeada, impregnada, de parte a parte, por uma alteridade não localizável, ao mesmo tempo abundante e desprovida, o conjunto das formas de RDO de um discurso desenha nela um *traço de fronteira*, o do lugar circunscrito, que reconhece ao outro discurso, exterior, assegurando nele mesmo os contornos de um “interior” do dizer de si.

A relação interior/exterior, assim desenhada no discurso, apareceria como o modo próprio – extraordinariamente diverso conforme os discursos – segundo o qual cada discurso efetua sua “negociação obrigatória” com o fato da heterogeneidade constitutiva: à irrepresentabilidade desprovida desta, corresponde o trabalho de apresentação, necessário a todo dizer, de uma relação – largamente imaginária – com a alteridade discursiva. E esse componente do discurso – uma imagem de si desenhada em sua relação diferencial com o outro – aparece, se nos detivermos de maneira mais precisa na materialidade das formas pelas quais ela se faz, como uma preciosa “entrada” nos textos e na discursividade.

<sup>31</sup> Cf. sobre o mecanismo da alusão como forma não marcada da MA, Authier-Revuz (2000).

<sup>32</sup> Cf. a cena de “*Pour un oui ou pour un non*” [“Por um sim ou por um não”] de N. Sarraute evocada em Authier-Revuz (2000).



Numerosos são os parâmetros pertinentes dessa cartografia interior/exterior construída em um discurso: importância do território atribuído ao exterior; número e localização no dizer das emergências do outro; grau de diversidade dos exteriores convocados (do exterior único até uma extrema multiplicidade); identidade, mais ou menos especificada, dos exteriores (da indefinição do *on* até a referência precisa em uma mensagem particular); tipo de relação representada entre si e o outro, passando por toda gama dos acordos e dos conflitos; modalidades, enfim, do “contato” fronteiro entre interior(es) e exterior(es) pelos quais é essencial, em particular, a questão do grau de marcação do outro, assegurando delimitações mais ou menos distintivas ou incertas dos territórios do um e do outro.

A seguir – mais perto da materialidade das formas – esses traços, diferentes, de fronteiras, que os discursos desenham em si mesmos, apareceria, distinta de sua posição real no interdiscurso, que lhe é inacessível, a imagem de seus “posicionamentos” neste, próprio a – e, assim, esclarecedor sobre – gêneros, disciplinas, opções teóricas, escolhas teóricas, sujeitos singulares.

## Referências

- AUTHIER, J. 1978. Les formes du discours rapporté: Remarques syntaxiques et sémantiques à propos des traitements proposés. *DRLAV*, 17:1-88.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1995. *Ces mots qui ne vont pas de soi: Boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris, Editions Larousse, 869 p.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1996. Remarques sur la catégorie de l’ “ilot textuel”. *Cahiers du Français Contemporain, Hétérogénéité en discours*, 3:91-115.
- AUTHIER-REVUZ, J. 1997. Modalisation autonymique et discours autre: quelques remarques. *Modèles Linguistiques*, 35, XVIII(1):33-51.
- AUTHIER-REVUZ, J. 2000. Aux risques de l’allusion, In: M. MURAT (ed.), *L’Allusion dans la Littérature*. Paris, Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, p. 209-235. (Col. Colloques de la Sorbonne).
- AUTHIER-REVUZ, J. 2002. Le fait autonymique: langage, langue, discours – quelques repères. In: J. AUTHIER-REVUZ, M. DOURY; S. REBOUL-TOURE (eds.), *Parler des mots; Le fait autonymique en discours*. Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 67-96.
- BENVENISTE, E. 1952-1966. Communication animale et langage humain. In: E. BENVENISTE, *Problèmes de linguistique générale I*. Paris, Editions Gallimard, p. 56-62.
- BENVENISTE, E. 1967-1974. La forme et le sens dans le langage. In: E. BENVENISTE, *Problèmes de linguistique générale II*. Paris, Editions Gallimard, p. 215-240.
- BENVENISTE, E. 1969-1974. Sémiologie de la langue. In: E. BENVENISTE, *Problèmes de linguistique générale II*. Paris, Editions Gallimard, p. 43-66.
- CULIOLI, A. 1967. La communication verbale. In: P. ALEXANDRE (dir.), *L’aventure humaine, Encyclopédie des Sciences de l’Homme*. Paris, Editions Grange Batelière, vol. IV, p. 65-73.
- DE GAULMYN, M.M. 1983. *Les verbes de communication dans la structuration du discours*. Paris, França. Thèse d’Etat. Université de Paris VIII.
- FOURNIER, J.M. 2002. Le traitement des exemples dans le discours grammairien de l’âge classique, un cas limite d’autonymie. In: J. AUTHIER-REVUZ; M. DOURY; S. REBOUL-TOURE (eds.), *Parler des mots; Le fait autonymique en discours*. Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 99-111.
- FUCHS, C. 1982. *La paraphrase*. Paris, Presses Universitaires de France, 184 p.
- FUCHS, C. 1994. *Paraphrase et énonciation*. Paris/Gap, Editions Ophrys, 185 p.
- GRANIER, J.M. 2002. Faire référence à la parole de l’autre: quelques questions sur l’enchaînement “sur le mot” chez Marivaux. In: J. AUTHIER-REVUZ; M. DOURY; S. REBOUL-TOURE (eds.), *Parler des mots; Le fait autonymique en discours*. Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 217-231.
- MOCHET, M.A. 2002. Mention et/ou usage: discours direct et discours direct libre en situation de type conversationnel. In: J. AUTHIER-REVUZ; M. DOURY; S. REBOUL-TOURE (eds.), *Parler des mots; Le fait autonymique en discours*. Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 163-174.
- NEVEU, F. 2002. L’ajout et la problématique appositive - Détachement, espace phrastique, contextualité. In: J. AUTHIER-REVUZ, M.C. LALA (eds.), *Figures d’ajout - phrase, texte, écriture*. Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 111-122.
- PROUST, M. 2000. A la recherche du temps perdu v. 1 Du côté de chez Swann. “Ainsi passait la vie pour ma tante Léonie, toujours identique, dans la douce uniformité de ce qu’elle appelait, avec un dédain affecté et une tendresse profonde, son “Petit traintrain”. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000383.pdf>. Acesso em: 11/09/2008.
- PÊCHEUX, M. 1990. *L’inquiétude du discours*. Paris, Editions des cendres.
- REY-DEBOVE, J. 1978. *Le métalangage*. Paris, Editions Le Robert, 368 p.
- RICHARD, E. 2000. *La répétition: Syntaxe et interprétation*. Tese de Doutorado. Université de Brest.
- ROSIER, L. 1999. *Le discours rapporté. Histoire, théories, pratiques*. Bruxelles, Editions Duculot.
- SCHREPFFER, G. 2000. Sur la portée textuelle des introducteurs de cadres de discours en *selon X*, les indices de fermeture des univers énonciatifs. In: LA MEDIATION, 2000. *Actas...* Université de Rouen.
- TUOMARLA, U. 2000. *La Citation mode d’emploi. Sur le fonctionnement discursif du discours rapporté direct*. Helsinki, Academia Scientiarum Fennica.

Submetido em: 02/07/2007

Aceito em: 24/08/2007

Jacqueline Authier-Revuz

Université Paris III - Sorbonne Nouvelle  
Paris, França